

Afixado em/
Hora:hm
Nome:
Categoria:
Assinatura:

DESPACHO N.º 66/2023

1	
1)	
76	-
10	-

ELEIÇÃO DO QUINTO PROVEDOR DO ESTUDANTE

DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

CREDENCIAÇÃO DE DELEGADOS

O artigo 29.º, n.º 4, dos Estatutos do Politécnico de Leiria prevê a possibilidade de credenciação de delegados para, junto das mesas de voto, acompanhar as eleições.

Assim, definem-se as seguintes regras:

- 1. Não é obrigatória a indicação de delegados por parte das candidaturas.
- Cada candidatura às eleições pode, por iniciativa de estudantes do Politécnico de Leiria, indicar estudantes delegados e suplentes para as mesas de voto, através de pedido de credenciação de delegados.
- 3. A indicação de delegados é formalizada através de pedido de credenciação de delegados, dirigido por escrito, ao Presidente do Politécnico de Leiria, devendo ser instruído com fotocópia do bilhete de identidade / cartão do cidadão ou documento equivalente, devidamente atualizado.
- 4. O pedido deve ser apresentado até às 17:30 horas do dia 16 de maio de 2023.
- 5. A cada delegado e respetivo suplente será entregue uma credencial, assinada e autenticada com o selo branco em vigor no Politécnico de Leiria, na qual figurará o nome, número, data e arquivo do bilhete de identidade / cartão do cidadão e identificação da mesa onde irão exercer as suas funções, a qual ficará anexa à ata do ato eleitoral.
- As credenciais poderão ser levantadas pelos respetivos delegados junto da Direção de cada Escola ou Serviço, a partir do dia 17 de maio.
- No dia do ato eleitoral, cada delegado e respetivo suplente deverá apresentar-se ao Presidente da mesa, exibindo o seu documento de identificação;





- 8. Os delegados têm os seguintes poderes:
 - a) Ocupar os lugares mais próximos da mesa, de modo a poder fiscalizar todas as operações de votação;
 - b) Consultar a todo o momento as cópias dos cadernos eleitorais utilizadas pela mesa de voto;
 - c) Ser ouvidos e esclarecidos acerca de todas as questões suscitadas durante o funcionamento da mesa de voto, quer na fase de votação, quer na fase de apuramento;
 - d) Apresentar, oralmente ou por escrito, reclamações, protestos ou contraprotestos relativos às operações de voto;
 - e) Assinar a ata e rubricar, selar e lacrar todos os documentos respeitantes às operações de voto;
 - f) Obter certidões das operações de votação e apuramento.
- Os delegados das listas não podem ser designados para substituir membros da mesa faltosos.
- 10. Os delegados das listas podem a todo o momento consultar as cópias ou fotocópias dos cadernos eleitorais.
- 11. Os delegados das listas não podem, no exercício das suas funções no interior da assembleia eleitoral, exibir quaisquer elementos de propaganda.
- 12. Os delegados das listas não podem, no exercício das suas funções no interior da assembleia eleitoral, perturbar, de qualquer outra forma, o normal funcionamento do ato eleitoral.
- 13. Junto a cada assembleia eleitoral só poderá estar, em cada momento, um delegado de cada candidatura, não podendo estar em simultâneo delegado e respetivo suplente, a fim de garantir o normal funcionamento dos atos eleitorais.
- 14. Quando os delegados desrespeitarem o cumprimento das obrigações ou poderes, ou violarem as normas constantes dos números 11 a 13, o Presidente da Mesa, depois de consultada a Mesa, pode advertir publicamente os elementos faltosos para tal incumprimento. Caso a advertência não seja acatada, poderá o delegado ser proibido





de permanecer na assembleia de votação, enquanto se mantiver o distúrbio, fazendose constar da ata tal incidente, para todos os efeitos, legais e disciplinares.

15. As dúvidas e casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Politécnico de Leiria, que deverá ter em conta os princípios constantes da Lei Eleitoral da Assembleia da República, Lei n.º 14/79, de 16 de maio¹, que poderão ser adaptados.

Leiria, 21 de março de 2023.

O Presidente,

Carlos Manuel da Silva Rabadão

SE

¹ Com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas legais: Lei 8/81, 15 junho; Lei 28/82, 15 novembro; Lei 14-A/85, 10 julho; Decreto-Lei 55/88, 26 fevereiro; Lei 5/89, 17 março; Lei 18/90, 24 julho; Lei 31/91, 20 julho; Lei 55/91, 10 agosto; Lei 72/93, 30 novembro; Lei 10/95, 7 abril; Lei 35/95, 18 agosto; Lei Orgânica 1/99, 22 junho; Lei Orgânica 2/2001, 25 agosto; Lei Orgânica 3/2010, 15 dezembro; Lei Orgânica 1/2011, 30 novembro; Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho; Lei Orgânica n.º 10/2015, de 14 de agosto e Lei Orgânica n.º 3/2018, de 17 de agosto e Lei Orgânica n.º 4/2020, de 11 de novembro.